

**INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS MORRINHOS**

NARA LETÍCIA PEREIRA MARQUES

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DOS
ORDENAMENTOS OFICIAIS**

MORRINHOS

2019

NARA LETÍCIA PEREIRA MARQUES

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DOS
ORDENAMENTOS OFICIAIS**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

Orientador: Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

MORRINHOS

2019

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

MM357c Marques, Nara Letícia Pereira
Currículo Na Educação Infantil: Perspectivas Dos
Ordenamentos Oficiais / Nara Letícia Pereira
Marques;orientadora Sangelita Miranda Franco
Mariano. -- Morrinhos, 2019.
45 p.

Monografia (Graduação em Pedagogia) -- Instituto
Federal Goiano, Campus Morrinhos, 2019.

1. Currículo. 2. Infância. 3. Educação Infantil. I.
Mariano, Sangelita Miranda Franco, orient. II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 18/03/2019

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

MORRINHOS, 18/MAR/2019
Local Data

Nana Letícia Pereira Marques
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Sangelita M. Franco Mariano
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS MORRINHOS
Curso de Pedagogia
Coordenação de Trabalho de Curso

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO
- TC

No dia 18 de março de 2019, às 13:30h horas, nas dependências do Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, ocorreu a banca de defesa do trabalho de curso (TC) intitulado: Currículo na educação infantil: perspectivas dos ordenamentos oficiais, da aluna Nara Letícia Pereira Marques, sob a orientação da professora: Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano do Curso Superior de Pedagogia. A banca de avaliação foi composta pelos professores: Profa. Dra. Léia Adriana da Silva Santiago e Prof^o. Dr. Marco Antônio de Carvalho.

A média obtida foi : 8,5 (Oito pontos e cinco décimos)

sendo considerado o(a) aluno(a)

aprovado sem ressalvas.

aprovado com
ressalvas.

não foi
aprovado.

não compareceu

Morrinhos, 18 de março de 2019.

Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Profa. Dra. Léia Adriana da Silva Santiago
Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho

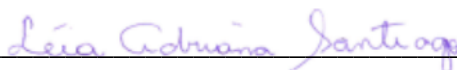
NARA LETICIA PEREIRA MARQUES

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DOS
ORDENAMENTOS OFICIAIS**

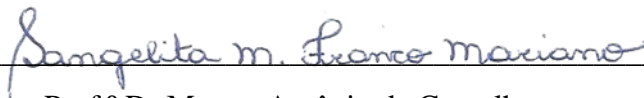
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para obtenção de grau de licenciada em Pedagogia, no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos pela banca examinadora formada por:

Morrinhos, 18 de março de 2019.

Banca Examinadora:



Prof.^a Dra Leila Adriana da Silva Santiago
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos



Prof.^o Dr Marco Antônio de Carvalho
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos



Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Dedico este trabalho aos meus pais, meus irmãos e toda minha família que é o meu alicerce possibilitando minha realização pessoal em ser graduada. Palavras não conseguem expressar a admiração que tenho por vocês. Obrigada por serem meu porto seguro!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família por me apoiarem a todo momento para realização e com conclusão deste curso;

Ao meu pai pelo encorajamento em ir além de meus limites, em me esforçar para conseguir o que almejo;

A minha mãe pelo apoio durante as crises psicológicas e emocionais, acalantando-me com suas sabias palavras;

Aos meus irmãos por toda paciência ao longo desses anos;

A minha avó materna e familiares por todo encorajamento e admiração;

A professora Sangelita Miranda Franco Mariano, que orientou esse trabalho com bastante dedicação e paciência;

A todos os professores do curso de Pedagogia, muitas foram as contribuições desses para minha formação acadêmica, profissional e pessoal;

Aos amigos de fora e dentro da faculdade que participaram de forma direta e indireta para que por fim pudéssemos comemorar a chegada desse momento.

*“Embora eu não seja rei, decreto, neste país,
que toda, toda criança tem direito a ser feliz.”*
(Ruth Rocha)

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DOS ORDENAMENTOS OFICIAIS

Resumo

O presente estudo trata do currículo a ser desenvolvido na educação infantil na perspectiva dos documentos oficiais e das legislações que regem os processos educacionais no Brasil. Para tanto, objetiva compreender as possibilidades de organização do currículo na educação infantil a partir das concepções, princípios e diretrizes no âmbito nacional e local. Inferimos que para o desenvolvimento integral da criança além de um ambiente rico de possibilidades e desafios, faz-se necessário a utilização de referenciais curriculares com princípios e orientações pedagógicas que norteiam as práticas de profissionais dessa etapa da educação básica. Como percurso metodológico optamos por uma investigação qualitativa sob o viés da pesquisa bibliográfica e documental relacionados à construção do currículo destinado a Educação Infantil, amparada em autores como, Sacristán (2017), Silva (1999), Oliveira (2011) e Ariès (1978), além da Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), Base Nacional Comum Curricular (2017). Em que pese a importância das propostas curriculares no âmbito educação infantil atentamos para ao currículo infantil preconizado para a creche e pré-escola no município de Morrinhos-Goiás. Os estudos realizados apontam para a necessidade do equilíbrio entre o cuidar, o educar e o lúdico para educação infantil pois como foi visto apesar das contribuições das pesquisas acadêmicas a realidade encontrada na cidade apresenta retrocesso nas propostas pedagógicas que visam o desenvolvimento integral da criança.

Palavras – Chave: Currículo. Infância. Educação Infantil.

CURRICULUM IN CHILDREN EDUCATION: PERSPECTIVES OF OFFICIAL ORDINATIONS

Abstract

The present study deals of the curriculum to be developed in child education from perspective of the official documents and legislation that governing education process in the Brazil. However, objetive understanding the possibilities of organizing the curriculum in child education from the conceptions principles and gruidelines at the national and local levels. we infer that for the integral development of child, besides and rich environment im possibilities and challenges, it is necessary to use curricular references with principles and pedagogical guidelines, that guide the practice of profissionals this stage of basic education. as methodological path, we opted for qualitative research, below the bias of bibliographical and documentary research, related to the construction of the curriculum for child education, supported by authors such, Sacristán (2017), Silva (1999), Oliveira (2017) e Ariès (1978) the Federal Constitution (1988), Laws Guidelines and Bases of National Education (1996), National Curriculum Reference for child Education (2010) Common National Curricular Base (2017). In spite of the importance of the curricular proposals in the child educaation, we care of the children´s curriculum, recommending to nursery and pre school in the county of Morrinhos-Go. The studies carried out indicate to the need for a balance between take care, to educate, and the playful to child, so how was seen despite contributions from academic research, the reality found in the city present regression in pedagogical proposals that aim at the integral development of the child.

Keyword: Curriculum. Childhood. Child Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO INFANTIL DO ASSISTENCIALISMO À EDUCAÇÃO	15
2.1 Educação infantil: perspectiva histórica europeia	15
2.2 Infância no Brasil.....	19
2.3 Lugar de criança é na escola.....	24
3 TEORIA DO CURRÍCULO E SUAS MANIFESTAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS ..	28
3.1 Abordagem sobre as teorias do currículo	28
3.2 A construção do currículo da educação infantil á luz dos documentos oficiais	30
3.3 Concepções de currículo na educação infantil de Morrinhos.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
5 REFERENCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A Licenciatura em Pedagogia apresenta disciplinas que tratam da história da educação infantil, as mesmas visam, dentre outros objetivos, o preparo para o contato com o estágio curricular supervisionado, sendo ele, a inserção no contexto da prática escolar. Ao adentrar em uma escola de educação infantil há o surgimento repentino de alguns episódios que vão além da dissociação entre a teoria com a prática. Em observações realizadas constata-se que as creches possuem caráter de depósito de crianças, ainda sob uma perspectiva somente de guarda e zelo. A partir desse momento começa a se questionar o real motivo do descumprimento dos documentos orientadores e legislações destinados para a educação infantil estudados no curso de Pedagogia¹. Dentre os quais pode se perguntar se os mesmos seriam oriundos da falta de profissionais capacitados? Uma possível utopia dos documentos elaborados? Ausência de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas educacionais para a educação infantil? Entre esses e outros questionamento esta pesquisa propõe estudar o currículo da educação infantil iniciando pela construção da concepção da infância, pois foi a partir de tal fato que essa fase de desenvolvimento humano adquiriu cunho social, para que então existissem leis que a amparasse justificando ainda, a necessidade de uma educação voltada para tal público, chegando então à construção do currículo para essa etapa da educação.

A princípio, as instituições criadas para atender o público infantil pretendiam dar assistência às crianças pobres, abandonadas e filhos de operários para que os pais tivessem onde deixá-los enquanto trabalhavam. Portanto possuía caráter assistencialista. Após contribuições de diversas áreas do conhecimento, e de documentos legais, o papel dessas instituições se aprimorou e passou a ter cunho pedagógico, visando o desenvolvimento social e cognitivo da criança. A Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação-LDB de (1996) discorre que, “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996, p. 11).

Logo depois o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil-RCNEI (1998) disserta que,

¹ Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996); Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010); Base Nacional Comum Curricular (2017).

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. (BRASIL, 1998, p. 23).

Portanto, além de oferecer atividades pedagógicas os profissionais atuantes na educação infantil necessitam conhecer o processo de desenvolvimento da criança, sabendo identificar a necessidade dessa naquele momento. Para Oliveira (2011, p.49)

[...] a ação educativa da creche e da pré-escola deve interpretar os interesses imediatos das crianças e os saberes já construídos por elas, além de buscar ampliar o ambiente simbólico que estão sujeitas. Acima de tudo, comprometer-se em garantir o direito à infância que toda criança tem.

De acordo com a assertiva acima citada, nota-se que para que haja desenvolvimento integral da criança além de um ambiente rico de possibilidade e desafios, faz-se necessário a utilização de referenciais curriculares com princípios e orientações pedagógicas que norteiem as práticas de profissionais dessa etapa da educação básica. Esses referenciais afirmam que as instituições educativas de educação infantil devem reconhecer a criança como possuidora de direitos e agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Portanto é necessário respeitar os direitos da criança, entre eles a socialização, o respeito a sua raça, gênero, etnia, condição social, pensamento, e não menos importante, o direito do brincar.

Ainda de acordo com o RCNEI (1998) o brincar é a principal ferramenta pedagógica que deve ser utilizada no processo de ensino-aprendizagem, pois, os jogos e brincadeiras permitem o desenvolvimento global da criança.

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, p. 22).

Além disso para Gallahue (2008, p. 38)

Durante a infância, as crianças adquirem o controle mais simples sobre seus movimentos a fim de poder sobreviver com baixo nível de

funcionamento motor. Crianças da Educação Infantil e do ciclo fundamental se envolve com o desenvolvimento e refinamento de suas habilidades motoras fundamentais.

Dessa maneira as particularidades da infância e as práticas pedagógicas devem ser consideradas para a construção do currículo para educação infantil. Neste sentido, tem-se como problema para a investigação a questão que se segue: Em que medida a legislação e os documentos oficiais que abordam o currículo para a educação infantil se constituem como espaço/tempo de desenvolvimento e aprendizagens infantis?

Com o intuito de responder à questão proposta indica-se como objetivo geral: compreender as possibilidades de organização do currículo na educação infantil a partir das concepções, princípios e diretrizes no âmbito nacional e local. Tal objetivo se desdobra nos objetivos específicos que seguem: Abordar a trajetória histórica da educação infantil, a partir das diferentes concepções de infância; identificar e problematizar as diferentes possibilidades de organização curricular na educação infantil; identificar as implicações do currículo na relação de ensino e aprendizagem nessa etapa educacional

No que diz respeito à metodologia, foi escolhida a abordagem qualitativa, pois,

Não se baseia em um conceito teórico metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos constituem um primeiro ponto de partida. Uma segunda corrente de pesquisa estuda a elaboração e o cursos das interações enquanto uma terceira busca reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas. (FLICK, 2009, p.25).

Corroborando com essa ideia, percebe-se que essa, oferece ao pesquisador maior autonomia para a análise dos dados obtidos. A pesquisa se caracteriza exploratória uma vez que,

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41).

Torna-se bibliográfica na medida em que

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Além disso, a pesquisa também se torna documental. Segundo Gil (2002, p. 45-46)

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. [...]. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

Quanto a organização, esse estudo está dividido em 4 seções. A seção 1 é destinada à introdução, a qual discorre sobre o problema que norteou essa pesquisa, como também, a metodologia utilizada. Dando continuidade a seção 2 tratará sobre a construção do conceito de infância, embasada inicialmente nas contribuições das pesquisas do autor Phillipe Ariès sobre o surgimento da empatia para com as necessidades e peculiaridades da criança no contexto europeu. Em seguida será abordado os caminhos que a infância percorreu nos territórios brasileiros até o próximo tópico o qual retratará no âmbito governamental o surgimento de políticas públicas destinadas a proteção e assistência da criança reconhecendo essa como um sujeito de direitos.

Na seção 3 ocorrerá a abordagem das teorias que compõem o currículo, e suas contribuições para a estrutura curricular da educação infantil. Ainda nessa seção será descrito a importância do currículo destinados ao público infantil e a necessidade desse de respeitar a maturação biológica de cada criança. Trataremos também da compreensão do currículo à luz dos documentos oficiais iniciando no domínio nacional, com a Constituição 1988, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 entre outros, sucedendo para os documentos que regem o currículo da educação infantil do município de Morrinhos-GO.

Por fim, na seção 4 apresentara-se as considerações finais sobre a análise dos dados e as reflexões sobre os caminhos percorridos pela infância e pela educação infantil até as duas primeiras décadas do século XXI. Será ressaltado as limitações para realização desse trabalho como também a contribuição desse para investigações sobre a temática escolhida.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL DO ASSISTENCIALISMO À EDUCAÇÃO

Essa seção é destinada por refazer elucidar o caminho histórico percorrido pela infância e pela educação infantil tanto no cenário europeu quanto no brasileiro, perpassando pelo caráter assistencialista da educação infantil ao pedagógico.

2.1 Educação infantil: perspectiva histórica europeia

Ao entrar em um domicílio, é perceptível um ambiente que há uma criança, as evidências são visíveis. É perceptível a presença de brinquedos, de canais de TV para o público infantil, DVDs, CDs, em muitos casos até o diminutivo dos substantivos demonstra esse fato, Pedrinho, Julinha, etc. segundo a definição apresentada no dicionário Aurélio, a infância é como o “período de vida humana desde o nascimento até à puberdade; as crianças; começo, princípio, os primeiros anos”, entretanto nem sempre foi assim.

Ariès (1978) discorre em sua obra “História Social da Criança e da Família” que durante a idade média a criança foi tida como um adulto em miniatura, essa era retratada nas obras com as mesmas vestimentas e ofícios dos mais velhos se distinguindo apenas no tamanho. Portanto, a criança se tornava homem sem ao menos desfrutar das etapas da juventude e aprendiam os ofícios em contato com os adultos no dia a dia. Diante a dessas características o autor nomeia a criança do século XI de “homenzinho” evidenciando que não existia nessa época a concepção da infância e de suas peculiaridades. É necessário nesse momento fazer a delimitação quanto ao período analisado sobre a concepção de infância no contexto europeu, esse se perpassa durante a idade média, mais precisamente entre os séculos XI e XVIII.

Ainda segundo o autor a criança não possuía a atenção que lhe é dada nos dias atuais, à ela era destinada apenas um sentimento superficial que o mesmo nomeia de *paparicação* que,

Era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. (ARIÈS, 1978 p. 10).

Evidente que a criança era tida como algo e não como um ser que necessita de cuidados específicos. O sentimento de amor e cuidado eram escassos e diante da perda de uma criança, o luto, o sofrimento eram algo incomum, pois essa era facilmente substituída.

Ariès (1978) utilizou em suas pesquisas pinturas que possuíam a presença de crianças para relatar como surgiu a concepção da infância. Segundo seus relatos nas primeiras obras a morfologia infantil é quase que toda descartada, sendo possível assemelhar a criança a um anão adulto, pois a forma com que os traços de seu rosto e músculos eram representados ignoravam o seu desenvolvimento natural.

Segundo o autor foi durante o século XIII que começaram a surgir obras que representavam a criança um pouco mais parecida com sentimento da era moderna. A primeira aparição se dá a imagem de um anjo com aparência de um jovem. A segunda aparição dar-se com a maternidade da Virgem Maria, o menino Jesus aparece ao seu lado na forma de uma criança e “o sentimento encantador da terna infância permaneceu limitado ao menino Jesus até o século XIV, quando, como sabemos, a arte italiana contribuiu para desenvolvê-lo e expandi-lo” (ARIÈS 1978, p. 53). A terceira representação surgiu na fase gótica. A criança era representada nua e simbolizava a entrega da alma de pessoas mortas à Virgem Maria. Existiram outras representações de infâncias, incluindo até mesmo da própria Virgem Maria, nelas estavam explícitas características de crianças pequenas como, o aleitamento, os brinquedos, o mingau, e nesse momento então se inicia a concepção da infância como algo sagrado. A criança assim passa a ganhar espaço nas obras, porém sempre estava entre os adultos, não eram protagonistas das obras, isso só aconteceria um pouco mais tarde durante o século XVII.

Apesar das contribuições da arte, a infância ainda seguia sem a importância dos séculos mais recentes. Boa parte dessa visão era atribuída ao alto índice da taxa de mortalidade infantil, não podia se apegar a algo que poderia facilmente perder. Essas perdas eram tão insignificantes que só passaram a ser retratadas em pinturas no século XVI.

Durante o século XVII o retrato da criança ainda pequena se tornou comum, como também as fotos em família começaram a ter como centro a criança. Houve ainda uma união artísticas, entre as pinturas e esculturas de um menino nu, nomeado de *putti*, com os retratos das crianças, fazendo com que as pessoas da época se acostumassem com a infância.

Segundo Ariès (1978) a descoberta da infância, portanto teve início no século XIII e foi se desenvolvendo principalmente nos séculos XVI e XVII após contribuições do cristianismo, essencialmente com a preocupação com a alma. A partir de então os adultos começam a observar as expressões e o vocabulário da criança.

Além das obras de artes pode-se perceber o início da concepção da infância nas vestimentas. Durante a Idade Média as vestimentas eram iguais tanto para crianças quanto para adultos, a única preocupação da época era com a hierarquia social. Já no século XVII é possível observar que a criança começa a ter roupas específicas para ela, após deixarem os cueiros os meninos usavam vestidos fechados com botões e uma touca, longe das camisetas de super-herói deste século.

Até aos 4 anos de idade os meninos vestiam roupas iguais as das meninas, só após dessa idade que vestiam os vestidos comprido com gola. Ainda por volta dos 8 anos passam a usar calças e serem vistos como homens. A partir desse momento os trajes eram quem definiam a fase de desenvolvimento, criança ou adulto. Entretanto essa diferença era quase imperceptível nas meninas pois logo ao saírem dos cueiros eram lhe postas roupas de mulherezinhas. Nesse caso a infância era caracterizada por duas fitas que eram postas nos vestidos das crianças, tanto no das meninas quanto no dos meninos.

A adoção de um traje peculiar à infância, que se tornou geral nas classes altas a partir do século XVI, marca uma data muito importante na formação do sentimento da infância, esse sentimento que constitui as crianças numa sociedade separada dos adultos. (ARIÈS 1978 p. 77).

É a primeira vez que as crianças são sutilmente diferenciadas dos adultos. Observando desde o século XIV, a infância beneficiou primeiramente os meninos, as meninas continuavam a serem pequenas mulheres, comparando aos dias atuais, um pouco desse sentimento ainda prevalece “as mulheres amadurecem primeiro”. É válido ressaltar aqui que todos esses ocorridos faziam parte da vida de crianças de classes sociais altas, as crianças de baixa renda permaneceram como adultos em miniatura durante um bom período.

Outra contribuição para a construção da infância foram os brinquedos. Ariès (1978) discorre em sua obra, declarações do médico Heroard, que relatava feitos de Luís XIII durante o século XVII. Nesses relatos é possível observar que o menino desde muito cedo era estimulado a fazer coisas que aos olhares deste século são para adultos, ou ao menos para crianças um pouco mais velhas. Além de assistir batalhas violentas e acender fogueira, “esse menino de quatro a cinco anos praticava o arco, jogava cartas, xadrez e participava de jogos adultos.” (ARIÈS 1978 p. 77).

Os ofícios dos mais velhos se misturavam com as particularidades da infância, isso influenciou e continua influenciando na forma com que as crianças brincam. Foi durante o

século XVII que o brinquedo começou a se tornar algo da criança. Primeiramente com as pequeninas, que brincavam com cata-vento, com pássaros, “O pássaro em geral está amarrado a uma correntinha que a criança segura. Às vezes, ele é uma imitação. Em todo o caso, a julgar pela iconografia, o pássaro amarrado parece ter sido um dos brinquedos mais comuns” (ARIÈS 1978 p. 89). As crianças ainda brincavam com cavalos de pau, esse por vez, simbolizava os cavalos que era o meio de transporte utilizado na época. As crianças imitavam aos adultos, assim como nos dias atuais quando brincam de carrinho.

No século XVIII a brincadeira passa a ser de domínio infantil. Entre os brinquedos para crianças estavam as réplicas de objetos do mundo dos adultos, porém em tamanho reduzido. Com a centralização das brincadeiras para as crianças os adultos passam a perder o seu momento ócio e “ a infância tornava-se o repositório dos costumes abandonados pelos adultos” (ARIÈS 1978 p. 92).

Outra forma de divertimento eram os jogos de azar. Inicialmente as crianças participavam de todos sem nenhum receio, até que umas minorias de pessoas moralistas passaram a condena-los como algo mal pois, eram acompanhados por apostas que faziam com que pessoas perdissem o que tinham. Surge aqui outro sentimento de infância não identificado antes. As crianças eram retiradas de algo que era mal e passavam a jogar apenas o que era bom. Ainda na construção da concepção da infância os contos que antes eram destinados a todos de modo geral, estavam sendo abandonados pouco a pouco, tornando assim apenas a criança como público alvo. Nascia aqui então uma literatura destinada a crianças pequenas, a literatura infantil, criada com intuito de moralizar a criança.

Além disso, o respeito moderno quanto ao linguajar grosseiro e ao corpo da criança não existia no século XVI. Ainda sobre as declarações de Herodotus a respeito do Luís XIII encontradas na obra de Ariès (1978), há relatos que mostram que era comum brincarem com suas partes íntimas, e esse brincar com a de outros, o que se assemelha nos dias de hoje a um molestamento, porém era prática comum e aceitável para aquela época.

Durante o século XVII após a assemelharem a criança ao menino Jesus a literatura passou a tratar a criança como um ser frágil e inocente, necessitando de educação. Inicialmente a criança era educada no seio familiar e no contato com outros adultos. Ainda nesse período houve a necessidade de uma educação escolar com intuito de moralizar, a educação na infância passa então a ser parte do ofício dos bispos e clérigos. Na preocupação de educar os filhos foi se instalando aos poucos, a cultura do cuidado para com a e diante a esse fato a criança passa a

usufruir de mais atenção e afeto, o cuidado os quais promovem a redução da mortalidade infantil.

Inicialmente as instituições escolares se constituíam em um aglomerado de pessoas com todas as idades incluído as crianças que visavam aprender. Porém com maior preocupação com a inocência e necessidades, essas passam a serem separadas dos adultos. Portanto a presença pueril na escola marca um ponto importante na construção do conceito de infância, retirando-a do mundo dos adultos. A criança não ouvia palavras grosseiras e era privada de várias coisas para se preservar a sua inocência, visto que essa estava passando por um processo de formação para se tornar um bom homem, a fase adulta, portanto, passa a ser uma conquista. Nesse ponto a infância passa a ser uma necessidade, afim de se tornarem bons homens. Retornarei mais a frente sobre a temática da educação escolar infantil, no tópico “lugar de criança é na escola”.

É importante ressaltar que toda essa mudança acontecia nas classes sociais altas, a população carente continuava a ser esquecida. Esse cenário só veio a piorar com a revolução industrial, momento em que utilizavam os pequenos como mão de obra barata. Porém esse fato enfatizavam as discussões para criações de leis que protegessem a infância roubada dos desprovidos de capita. A criança passa então a depender de políticas sociais que garantissem a essa, necessidade e direitos próprios à infância e poder público passa então, a ser responsabilizado pela criação de mecanismos que os amparassem.

A infância agora tida como uma fase da vida do homem passa a ser responsabilidade econômica e política, necessitando de programas e leis que reparassem os problemas surgidos pela falta de consciência da concepção da infância. Começam agora surgir profissionais de todos os âmbitos encorajados a defender a fase infantil do ser humano. Todo histórico abordado até o momento é o reflexo da evolução da infância no continente europeu, mas como ocorreu essa mudança no cenário brasileiro?

2.2 Infância no Brasil

O século XV marca a chegada dos portugueses no território brasileiro. É durante esse período que a Europa começa a tratar a infância como algo sagrado, desse modo, o primeiro modelo de infância no Brasil segue esses parâmetros, porém com características próprias. Vale ressaltar que se sabe da existência das comunidades e crianças indígenas como também dos escravos residentes no Brasil nessa época, porém, essas temáticas não serão abordadas nesse

documento. Portanto seguindo os moldes europeus, são enviados para o Brasil, jesuítas que possuem como uma de suas designações, moralizar as crianças.

Logo, desconsiderando completamente a cultura indígena e escrava, as crianças eram obrigadas a frequentar catequeses ministradas pelos jesuítas a fim de preservar a sua inocência e proteger a sua fragilidade. Aquelas que se recusavam ou demonstrava resistências aos moldes da infância sagrada eram julgadas por estarem possuídas de tentações demoníacas. Esse modelo de infância e cuidado para com essa, persistiu por muito tempo, até que durante o século XVII a preocupação com o alto índice de abandono de crianças, geralmente frutos de exploração sexual para com índias e escravas obrigou o Estado a aderir a “roda dos expostos”.

Segundo Freitas (2016) a roda dos expostos foi criada na Europa e teve papel importante para a infância, pois foi durante muito tempo a única instituição destinada ao acolhimento de crianças abandonadas no Brasil. Essa possuía formato cilíndrico e estavam fixas nos muros das instituições. Uma vez que um petiz era posto na roda, a pessoa responsável pelo abandono a girava e instantaneamente esse já estava dentro da área da instituição, garantindo anonimato ao autor do enjeitamento. Nessas instituições havia grande preocupação com a alma dos recém-chegados, portanto, o batismo cristão era assunto valioso para os funcionários que ali trabalhava.

As primeiras rodas existentes no Brasil surgiram ainda no período colonial. A primeira foi implantada no ano de 1726 em Salvador. Em seguida em 1738 na cidade do Rio de Janeiro e o terceiro e último mecanismo de enjeitamento da colônia foi instalada em Recife no ano 1789. Houve a extinção dessas ao longo de todos os continentes, no Brasil o fim definitivo ocorreu durante a década de 1950, porém, a saber, alguns países na Europa estão instalando os chamados *babywiege*. Esse termo é originado do alemão que significa “berço do bebê”. Possuem as mesmas características da roda dos expostos, porém com um novo termo. É de saber que a essa foi criada a partir de uma demanda da época, porém nos dias atuais, com um novo conceito de infância, o abandono de criança sendo considerado crime, se faz necessário as *babywiege*? Elas incentivam ao abandono? Isso é um retrocesso? São questões a serem pensadas.

De volta ao contexto histórico da educação infantil no Brasil, há dois marcos importantes para o crescimento das instituições destinadas a infância, a abolição da escravatura e o processo de industrialização. O primeiro marco registra a migração dos escravos para a zona urbana, conhecida como êxodo rural, aumentando assim a população urbana e conseqüentemente a quantia de crianças. As crianças frutos da escravidão não possuíam espaço

na sociedade e os pais não tinham condições para cuidar e educar, o que promovia o abandono. Segundo Oliveira (2011, p. 92)

A abolição da escravatura no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já não iria assumir a condição de seus pais, e, de outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais, na verdade, representavam apenas uma “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”: criação de creches, asilos e internatos, visto na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres.

Com base na assertiva, segundo a autora a criação de creches e asilos infantis aos moldes usados para a época não erradicava o problema vigente, apenas mascarava, pois, possuíam um discurso que responsabilizava as famílias pelas condições em que se encontravam as crianças desconsiderando totalmente as condições sociais dessas e de seus pais vítimas de exploração trabalhista.

Já o segundo marco instituiu a presença da mulher no mercado de trabalho, o que acarreta em conflitos para a estrutura familiar vigente, que atribuía à figura feminina a responsabilidade de cuidar e educar os filhos. Portanto a ausência da mãe enquanto estava no trabalho fez com que surgisse a profissão de cuidadora. As cuidadoras eram mulheres que cuidavam dos filhos de funcionárias das indústrias em troca de dinheiro, porém como o índice de morte de crianças na responsabilidade dessas eram frequentes devido às condições higiênicas precárias ficaram conhecidas como “fazedoras de anjos”. É importante ressaltar que,

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (KUHLMANN JÚNIOR, 2015, p. 78).

Dessa maneira o surgimento das creches estava intrinsecamente ligado à assistência aos necessitados e às mães que precisavam de um lugar onde pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

Por outro lado, o projeto social de construção de uma nação moderna, parte do ideário liberal presente no final do século XIX, reunia condições para que fossem assimilados, pelas elites do país, os preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados no centro das transformações sociais ocorridas na Europa e trazidos ao Brasil pela influência americana e europeia. O jardim de infância, um desses “produtos” estrangeiros, foi

recebido com entusiasmo por alguns setores sociais. (OLIVEIRA, 2011, p. 92).

Segundo Kuhlmann Júnior (2015, p. 78)

[...] não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas maternais ou jardins de infância, para as crianças de três ou quatro a seis anos, em sua vertente assistencialista, pois as propostas de atendimento educacional à infância de zero a seis anos tratam em conjunto das duas iniciativas, mesmo que apresentando instituições diferenciadas por idades e classes sociais.

Contudo a creche assumia caráter de uma instituição destinada a assistência de crianças carentes e foi acompanhada pelo preconceito que defendia que esse atendimento era uma dádiva para com esses. As indústrias passaram a oferecer creches para os filhos de operárias e mesmo sabendo que fora a causadora dessa necessidade encarava o fato como caridade. Oliveira (2011, p. 96) aponta que,

O fato de o filho da operária estar sendo atendido em instituições montadas pelas fábricas passou, até, a ser reconhecido por alguns empresários como algo vantajoso, por provocar o aumento de produção por parte da mãe. Todavia, tanto o discurso dos patrões como o próprio movimento operário enalteciam um ideal de mulher voltada para o lar, contribuindo para que poucas creches criadas continuassem a ser vistas como paliativos, como situação anômala. Não considerava que a inserção contraditória da mulher no mercado de trabalho era própria da forma de implantação do capitalismo no país, agravada ainda pelo patriarcalismo da cultura brasileira.

Já os jardins de infância inicialmente foram criados e mantidos pela iniciação privada, e se destinava às crianças da classe dominante. Logo mais, o Estado passou dar assistência a essas instituições, porém o grupo de atendimento ainda se restringia aos mais afortunados que usufruíam de uma proposta pedagógica para desenvolvimento educacional das crianças. Foi durante a década de 20 que esse cenário vivenciou modificações originadas no primeiro Congresso de Proteção à Infância ocorrido no Rio de Janeiro, o mesmo prescreveu as primeiras regulamentações do atendimento em jardins de infância e escolas maternais voltadas para a criança pequena.

Durante esse mesmo período, as reivindicações de educadores que apoiavam o movimento escolanovista visando a renovação do trabalho pedagógico tradicional, colocava as indagações a respeito da educação no centro de discussões políticas, provocando transformações nas escolas brasileiras. Segundo Oliveira (2011, p. 100)

Desde o início do século até a década de 50, as poucas creches fora das indústrias eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas e, principalmente, religiosas. Em sua maioria, essas entidades, com o tempo, passaram a receber ajuda governamental para desenvolver seu trabalho, além de donativos das famílias mais ricas. O trabalho com as crianças nas creches tinha assim um caráter assistencial-protetor. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivos das crianças.

Em seguida ocorre na década de 60 a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4024 (1961), a qual incluiu os jardins de infância no sistema de ensino, como também estimula as empresas a manterem instituições de ensino pré-primário. Porém as creches continuavam com caráter assistencialista preocupadas em suprir as necessidades fisiológicas e biológicas das crianças. Já na década de 70 a educação para infância adquire caráter compensatório, responsável para preparar a criança para o ensino fundamental como tentativa de amenizar o fracasso escolar.

[...] é durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileira, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 6).

Portanto a educação infantil perpassou por vários cenários até aderir a função social que se tem hoje e sua participação no sistema educacional brasileiro. Após várias pesquisas que contribuíram para a construção da concepção da infância e da importância da mesma, há uma tentativa de romper com o caráter assistencialista da creche. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) discorre que,

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (BRASIL, 1998, p. 17).

Contribuindo com o a mudança da finalidade social da Educação Infantil o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990) juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases- LDB

(9394/96) reconhece a criança como um sujeito de direito e esses direitos devem ser garantidos por parte da família, sociedade e Estado. Após esses avanços a Educação Infantil passou a ser parte da Educação Básica e a oferta de creches passou a ser dever do Estado. Essa Modalidade de Ensino passa a atender crianças de 0 a 6 anos, separando-as em creche e pré-escola, a saber, a lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 altera a idade da educação infantil para 0 a 5 anos. A essas instituições são atribuídas as seguintes características: ser um ambiente acessível e acolhedor; oferecer condições para que as crianças aprendam e cumprir com seu papel de socialização e interação.

Para tais fins é necessária a intervenção pedagógica. Por tanto os profissionais atuantes na educação infantil devem estar cientes dos seus deveres na formação integral dos cidadãos, ou seja, nos seus aspectos cognitivos, sociais, afetivos e psicológicos. Com intenção de que os alunos internalizem os ensinamentos o professor pode elaborar atividades que envolvam o lúdico. Brincadeiras, cantigas e contação de histórias são exemplos de atividades que possibilitam às crianças incorporarem os conteúdos de maneira significativa. Na sequência a próxima tópico abordará a função da nova perspectiva de educação infantil.

2.3 Lugar de criança é na escola

No século XVII na Europa a escola era frequentada por adultos e crianças, sem nenhuma distinção de idade ou conteúdo, porém com a construção da concepção da infância a escola marca a separação dessa, do mundo dos mais velhos. Mediante a necessidade de uma educação voltada para infância surge a educação infantil. Inicialmente essa era tida como um vir a ser, ou seja, ela preparava a criança para se tornar um adulto, porém, com contribuições das áreas do desenvolvimento humano como também dos documentos legais, passa a ser reconhecida como uma etapa escolar importante possuindo características próprias que necessitam ser desenvolvidas. Nessa perspectiva entende-se que,

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem

de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. (BRASIL, 1988, p. 21).

Diante do reconhecimento da criança como sujeito social e histórico os profissionais da educação infantil devem respeitar as particularidades dessas oferecendo atividades que possibilitem o seu desenvolvimento integral. Sabe-se que em uma sala de aula, muitas vezes encontramos dificuldades em desenvolver atividades que envolvam as crianças, porém, colocá-las alienadas na frente de uma televisão o dia todo não se caracteriza como atividade pedagógica e muito menos como função da escola. Para que haja o desenvolvimento integral da criança é preciso disposição e criatividade para planejar as atividades para a turma.

É necessário entender que o planejamento pedagógico vai além de ensinar a ler e escrever. Ostetto (2000, p. 192) aponta que “o pedagógico também envolve o que se passa nas trocas afetivas, em todos os momentos do cotidiano com as crianças; perpassa todas as ações: limpar, lavar, trocar, alimentar, dormir”, de forma simplificada a autora discorre que todos os momentos em que passamos com as crianças na creche são de extrema importância para o seu desenvolvimento afetando diretamente a vida desses. Com isso, alimentar a criança, limpar e demais atividades diárias fazem parte do planejamento pedagógico, juntamente com atividades que desenvolvam o cognitivo, a coordenação motora, o afeto etc.,

A partir dessa perspectiva considera-se então que a educação infantil é composta por três pilares, o educar, o cuidar e lúdico. Craidy e Kaercher (2009) consideram que o cuidar e educar são indissociáveis e complementares na educação da criança pequena. As autoras acreditam que,

Cuidar tem significado, na maioria das vezes, realizar as atividades voltadas para os cuidados primários: higiene, sono e alimentação. [...] cuidar inclui preocupações que vão desde a organização dos horários de funcionamento da creche, compatíveis com a jornada de trabalho dos responsáveis pela criança, passando pela organização do espaço, pela atenção aos materiais que são oferecidos como brinquedos, pelo respeito às manifestações da criança [...]. (CRAIDY; KAERCHER, 2009, p. 16).

Quanto ao educar as autoras discorre,

[...] a criança vive um momento fecundo, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vai levando-a atribuir significados àquilo que a cerca. Este processo faz com que a criança passe a participar de uma experiência cultural que é própria de seu grupo social, é o que chamamos de educação. (CRAIDY; KAERCHER, 2009, p. 16).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p. 24) completa que,

As atitudes e procedimentos de cuidado são influenciadas por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como alimentar-se, proteger-se etc. as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas, podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. Pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são também base para o desenvolvimento infantil.

Essas premissas apontam que o compartilhamento de afeto é um aspecto que deve estar presente no planejamento na educação infantil, pois como se sabe a maioria das crianças passa mais tempo na creche do que com a própria família. Piaget (1962) defende que, durante a vida, o indivíduo desenvolve relações cognitivas e afetivas, de forma que desencadeiam as reações de rebeldia, obediência e os sentimentos, seja de temor ou carinho. Nessa perspectiva, podemos entender melhor que a criança constrói um vínculo com seu professor durante todo o tempo em que fica na creche, e o professor também está suscetível a esse vínculo. Com isso, Piaget (1962, p. 43) completa,

É incontestável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência, mas, na minha opinião, não é suficiente.

No que se refere ao segundo pilar, o RCNEI (1998) afirma que

Educar significa, [...], propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p.23).

Quanto ao terceiro pilar Ornelas (2002) evidencia que o termo “lúdico” faz a alusão ao brincar e ainda define o brincar como sendo um conjunto de ações lúdicas desenvolvidas pelo homem, manifestada por meio do jogo ou da brincadeira, com o uso ou não do brinquedo como suporte. Neste sentido, o lúdico abarca as categorias do jogo, do brinquedo e da

brincadeira e, ainda que sejam feitas do mesmo tecido conceitual, são demarcadas por suas especificidades.

O termo 'brincar' trata de uma atividade que liberta a imaginação e fantasia, propiciando momentos de interações dessas com a realidade que cercam a criança. Além disso é,

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, p.22).

Por fim, percorrendo a história do lúdico, sabe-se que ele está presente há bastante tempo em nossa sociedade, a começar pelos povos primitivos, quando exibiam suas pinturas nas paredes das cavernas. Essa é também uma forma lúdica, pois aquelas pinturas tinham um significado e passavam alguma mensagem; assim como quando se pede um aluno para fazer um desenho na folha em branco, cada desenho possui mensagem expressa de forma indireta, caracterizando o lúdico em todo seu aspecto como a linguagem da criança.

A princípio, as brincadeiras surgiram como forma dos pais ocuparem as crianças em seu tempo livre, então, criavam várias brincadeiras entre si; depois surgiram os jogos, como os de tabuleiro, que até então só a realeza tinha acesso, jogar era um ato nobre. Com o passar do tempo os jogos de uma forma geral ficaram conhecidos e se tornaram diversão e aprendizado para as pessoas. Atualmente o brincar, os jogos e também o brinquedo são usados nas escolas como ferramenta pedagógica. Sabendo disso o planejamento pedagógico da educação infantil deve abordar os pilares do educar, do cuidar e do brincar, e isso deve estar presente no currículo da educação infantil. Mediante a esse fato a seção a seguir será destinada para compreender o currículo em seu aspecto geral e as especificidades desse para o ensino das crianças pequenas.

3 TEORIA DO CURRÍCULO E SUAS MANIFESTAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

Essa seção é destinada para abordar características voltadas as teorias do currículo e na sequência apresentar os tipos de manifestações do currículo na prática.

3.1 Abordagem sobre as teorias do currículo

O currículo escolar é um documento que reúne os conteúdos didáticos, as metodologias de ensino, a perspectiva filosófica e outras áreas para o desenvolvimento humano no âmbito social, emotivo, profissional etc., estando presente em todas etapas da educação.

[...]o currículo [...], é uma realidade prévia muito bem estabelecida por meio de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc., que condiciona a teorização do currículo. (SACRISTAN, 2017, p. 13).

É importante salientar que, o currículo não é apenas uma divisão de conteúdos, a ele é atribuído a função de orientar o profissional quanto à sua prática naquele determinado espaço/tempo, respeitando as peculiaridades do público para o qual foi criado. Grundy (1987) apud Sacristán (2017, p. 14) escreve que, “o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existências fora e previamente à experiência humana. É antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas”.

No que se refere ao planejamento e construção do currículo escolar, é necessário considerar aspectos que vão desde a localização geográfica à que tipo de aluno se pretende formar naquela instituição. Para tanto, é necessário definir quais aspectos serão mais relevantes na construção do currículo escolhendo qual entre as teorias do currículo será utilizada como guia. A saber as teorias do currículo se distinguem em: teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas.

As teorias tradicionais se preocupam com o planejamento, com a metodologia, com a avaliação etc., sem a reflexão quanto os problemas da sociedade onde a instituição está inserida. Além disso, o professor é o detentor do conhecimento desempenhando o papel de transmissor dos saberes, logo, o aluno desempenha papel de receptor. Os conteúdos são depositados para

esse, sem que o mesmo possua a liberdade de opinar/questionar, mas tendo como obrigação decorar e memorizar conhecimentos que serão utilizados no mercado de trabalho.

Já nas teorias críticas o currículo é voltado para uma ideologia marxista reconhecendo a lutas de classes e poder. Nessa perspectiva o currículo se diferencia na medida em que atende à classe dominante e a classe dominada. O atendimento aos mais afortunados objetiva a formação desses para passarem em vestibulares, em terem boas notas e se sobressaírem. Em contrapartida os desprovidos de capital são preparados para o mercado de trabalho, evidenciando a luta da classe dominante em permanecer no poder.

Por último, as teorias pós-crítica contemplam o indivíduo como sujeito de direitos, visando exercitar sua autonomia, preparando-o para conviver com diferentes culturas, sem preconceito quanto as particularidades do outro. O multiculturalismo² define essa teoria.

Segundo Silva (2017, p. 16)

[...] é precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem apenas isso: “teorias” neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder.

Diante dessas considerações entende-se que o currículo não é neutro, que suas perspectivas e orientações estão pautadas nas relações de poderes, pois, ele é quem regulamenta o que será ensinado nas escolas. Segundo Sacristán (2013, p. 18)

O currículo determina que conteúdos serão abordados e, ao estabelecer níveis e tipos de exigências para os graus sucessivos, ordena o tempo escolar, proporcionando os elementos daquilo que entenderemos como *desenvolvimento* escolar e daquilo em que consiste o progresso dos sujeitos durante a escolaridade.

Para Goodson (2013, p. 21)

O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização. Como tal, o currículo escrito promulga e justifica determinadas intenções básicas de escolarização, à medida que vão sendo operacionalizadas em estruturas e instituições.

² Várias culturas em um território, ou no caso, na sala de aula.

Após concluir a construção do currículo, e definindo os conteúdos que serão privilegiados por ele, esse não passará de um documento escrito até que um professor o execute na sala de aula. Somente a partir desse momento que o currículo começará a ser efetivado e estará cumprindo a função de documento norteador das práticas pedagógicas. No que diz respeito à prática do currículo, esse pode se manifestar dos seguintes tipos: o currículo formal, o currículo real e o currículo oculto.

Primeiramente o currículo formal refere-se ao que é imposto pelo sistema de ensino, por meio de leis e diretrizes, assumindo o caráter obrigatório, a exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais. O segundo tipo de currículo, o currículo real é o que irá ser posto em prática pelo professor levando em consideração a realidade em que atua, perpassando desde o planejamento das aulas à execução. Quanto ao último tipo de currículo,

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes. [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento [...] da sociedade[...]. (SILVA, 2017, p. 78-79).

Entende-se, portanto, que o currículo não se trata apenas de uma matriz curricular, podendo afirmar que ele é composto por experiências curriculares, que vão desde às intenções políticas, ao professor que atualmente atua como mediador do ensino, à conhecimentos e valores adquirido pelos alunos que são os sujeitos do currículo.

Diante a essas considerações quanto ao currículo escolar, sabendo que esse percorre todos os níveis educacionais, a seção seguinte abordará a construção do currículo para educação infantil discutindo o problema que tece essa pesquisa analisando nas legislações e os documentos oficiais que abordam o currículo para a educação infantil se as mesmas se constituem como espaço/tempo de desenvolvimento e aprendizagens infantis.

3.2 A construção do currículo da educação infantil a luz dos documentos oficiais

Para entender o currículo da educação infantil faz-se necessário um estudo das leis e documentos que tornam reais os direitos das crianças como também regulam as orientações para práticas pedagógicas respeitadas. Desse modo será abordado de forma breve os documentos

oficiais que abrangem o ensino das crianças de 0 a 5 anos e posteriormente discutirá o currículo na educação infantil.

O atendimento de crianças nas creches e pré-escola foi marcado durante muito tempo pela divisão social. Enquanto a criança abastada estava inserida em um processo de ensino-aprendizagem, a criança carente estava na luta pela sobrevivência, amparando-se nas instituições para saciar sua fome e necessidade de cuidados.

Kuhlmann Júnior (2015) considera a creche e a pré-escola como instituições educacionais, e o que as diferencia não são os propósitos educativos ou a faixa etária das crianças, e sim, a sua destinação social; ou seja, a creche, mesmo possuindo características “educacionais”, diferentemente da pré-escola, é uma instituição que foi criada especificamente para receber e cuidar das crianças carentes. As creches que direcionavam inicialmente seu atendimento apenas às crianças oriundas das classes populares, foram aos poucos destinadas aos filhos de pais pertencentes a setores privilegiados da população, que necessitavam de atendimento voltado para o desenvolvimento de suas potencialidades afetivas e cognitivas. No entanto, o atendimento das crianças de baixa renda continuou acontecendo nos moldes do assistencialismo, pautados somente na guarda, higiene e alimentação. Porém esse cenário começou a se modificar com os surgimentos de leis que atribuíam à essas instituições caráter pedagógico.

Essas modificações começam mais efetivamente com a Constituição Federal de 1988, tendo em vista que esta representou um ganho para a educação infantil brasileira. Proveniente das lutas de educadores das décadas de 70 e 80 que reivindicavam creches e pré-escolas que respeitassem os direitos das crianças e da família a CF (1988) foi um importante demarcador da garantia ao direito à essa educação ofertada pelo pelo Estado. Portanto, foi a primeira, lei a reconhecer a criança como sujeito de direitos, determinando o acesso dessa no sistema escolar desde muito pequena. A Constituição ainda defende a proteção integral da criança responsabilizando a família, o Estado e a sociedade em garantir os direitos infantis além de determinar em seu artigo 30 inciso VI, a obrigação dos municípios de custear instituições de creches e pré-escola com auxílio da união e do estado. Nesse momento as creches e pré-escolas dão o primeiro passo para se tornarem instituições educacionais.

A história continua quando na década de 90 do século passado, surgem as leis: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (Lei 9.394/96). Uma defende o direito à vida, a educação, a proteção etc. para crianças e adolescentes, enquanto a outra regulariza todo o sistema de ensino garantindo às crianças de 0 a 5 anos o atendimento gratuito em creches e pré-escola, além de reconhecer esse nível de ensino como sendo parte da educação básica e a pré-escola sendo de caráter obrigatório³.

Em seguida com o parecer nº 22/1998 e a Resolução nº 1/1999, são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que disponibiliza orientações quanto a elaboração de projetos que devem ser seguidas pelas instituições de ensino infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (BRASIL, 2010, p. 11).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil é uma lei, portanto, é dever das instituições cumprirem o que está descrito nesse documento. As orientações presentes nela conduzem para a construção de um currículo destinado a educação infantil que ofereça experiências possibilitando o desenvolvimento integral da criança.

Ainda para organizar o currículo da educação infantil é criado no ano 1998 o Referencial Curricular para Educação Infantil-RCNEI, esse documento foi produzido pelo MEC e faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Visando guiar o trabalho do professor na sala de aula com crianças de 0 a 5 anos, esse documento traz em seu corpo sugestões que integram os pilares do educar e do cuidar presentes na educação infantil.

Sendo assim desde a década de 80,

[...] o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2010, p.7).

³ A emenda constitucional nº 59/2009 acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade.

A exemplo desse processo surge a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2017) que,

[...] é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá. (BRASIL, 2017, p. 5).

A BNCC possui caráter normativo e engloba discussões acerca de toda a educação básica. Referente ao ensino das crianças pequenas, ela veio como substituição dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998). A BNCC respeita o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) quanto aos eixos estruturantes do currículo que são: as interações e as brincadeiras, apresentando os direitos de aprendizagem e desenvolvimentos sendo esses: os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer.

Mediante aos direitos descritos acima, a estrutura curricular na BNCC é composta por cinco campos de experiências sendo o primeiro: o eu, o outro e nós que considera que,

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. (BRASIL, 2017, p.38).

O segundo campo é corpo, gesto e movimento no qual,

As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. (BRASIL, 2017, p. 39).

O terceiro campo: traços, sons, cores e formas pontua que,

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de

expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. (BRASIL, 2017, p. 39).

O quarto campo: escuta, fala, pensamento e imaginação que considera que,

Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. (BRASIL, 2017, p.40).

Último campo: espaço, tempo, quantidades, relações e transformações discorre que,

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. (BRASIL, 2017, p. 40-41).

Portanto a BNCC amplia pilares já existentes na educação infantil e estrutura o currículo de acordo com todos os outros documentos anteriores. O próximo tópico abordará mais a fundo o currículo da educação infantil, perpassando pelas contribuições dos documentos aqui citados na construção curricular e as de teóricos que discutem essa temática.

Como dito anteriormente a construção do currículo deve abordar vários aspectos, tratando desde questões geográficas à que cidadão pretende-se formar. Sabendo disso é

primordial conhecer o sujeito para quem o currículo está sendo construído, e para tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) que possuem caráter obrigatório, definem a criança como,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

Portanto a criança é um sujeito ativo no seu processo de desenvolvimento. À vista disso, as diretrizes entendem a fim de atender as necessidades descritas que o currículo deve ser um,

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 12)

Desse modo, o currículo na educação infantil não deve ser conteudista, pelo contrário, ele deve propiciar a criança a articulação entre suas experiências como os conhecimentos que a instituição visa. Portanto,

[...] a instituição de educação infantil não deve adotar um modelo de escola. Um lugar para brincar não pode ter espaços imobilizadores, padronizados, devem ser coletivos e compartilhar com as famílias a tarefa de cuidar e educar crianças ativas e que tem ritmo próprio, o que favorece o diálogo e a autonomia[...]. (ARCE; JACOMELLI, 2012, p. 37).

É importante ressaltar que as Diretrizes definem dois eixos que norteiam a prática docente, o eixo interações e o eixo brincadeira. O eixo interações é de extrema importância visto que a criança é um sujeito histórico que se desenvolve na interação com o outro, seja os pais, o professor, o colega ou com o ambiente, essas considerações fazem parte das teorias escritas por Vigotski que valorizam a troca de experiências e propõem a interação cultural. “A interação social é fundamental na teoria vigostskiana, segundo a qual as crianças têm sempre um objeto, pessoa, coisas, situações, com as quais vai interagir nesse processo”. (VEIGA, 1995, p.47).

Já o eixo brincadeira é entendido como uma das linguagens da criança, ou seja, é por meio dessas que ela se expressa, além de dinamizar as práticas pedagógicas. Esses dois eixos

estão presentes nas diretrizes e garante à criança experiências que promovam seu desenvolvimento.

Toda as discussões a respeito do currículo para educação infantil, visto que esse documento é a materialização de intenções didáticas, políticas, econômicas e outras, presentes nas diretrizes devem nortear a construção do Projeto Político Pedagógico-PPP das instituições.

[...] projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2010, p. 13).

Dessa maneira, cada instituição deve criar a sua proposta pedagógica embasada nas orientações formais, porém, se atentando a realidade em que está inserida. Sendo assim, as instituições de educação infantil possuem a autonomia quanto a elaboração do PPP podendo dá mais ênfases a alguns critérios que outros, desde que respeitem seu objetivo geral, a formação multifacética⁴ da criança.

Veiga (1995, p.13) define o PPP da seguinte forma,

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico como os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...]. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Entende-se, portanto, que o PPP de uma instituição é o planejamento quanto as ações da instituição como um todo e sobre o que será desenvolvido na sala de aula. Ele deve ser elaborado por toda comunidade escolar, ou seja, deve possibilitar a participação dos professores, pais e educandos nos diálogos para construção desse documento. Após finalizar a construção do currículo prescrito ele é utilizado como guia da prática pedagógica.

⁴ Conciliação da formação intelectual, ética, física, estética, física e social.

Mediante todas as considerações até o momento quanto, o surgimento da infância, o conceito de currículo e sua aplicação na educação infantil, o tópico seguinte abordará as implicações do currículo da educação infantil na cidade de Morrinhos-Go.

3.3 Concepções de currículo na educação infantil de Morrinhos

Até o presente momento esse documento vem discutindo o currículo da educação infantil no âmbito nacional, por meio de leis, orientadores e diretrizes as quais amparam o desenvolvimento das propostas pedagógicas das instituições do ensino para a infância. Porém desde a LDB (9.393/96) que garantiu a criança pequena o direito à educação dividida em creche e pré-escola sendo a creche destinada às crianças entre 0 a 3 anos e 11 meses e a pré-escola às crianças entre 4 a 5 anos e 11 meses, como também responsabiliza a oferta da educação infantil aos municípios, os prefeitos das cidades juntamente com equipe pedagógica vem traçando metas e estratégias para atender tal demanda. Diante disso, esse tópico será destinado para considerações acerca das análises feitas ao currículo da educação infantil do município de Morrinhos-Go, utilizando como suporte para a pesquisa o Plano Municipal de Educação da cidade e o Projeto Político Pedagógico de uma das instituições localizadas nesse.

Primeiramente a Lei Orgânica do município (Lei nº 901, de 05 de abril de 1990) de Morrinhos-Go visa igualdade no acesso e permanência de alunos em instituições escolares. Como um exemplo de efetivação desse, o município disponibiliza transporte escolar para facilitar o deslocamento de alunos da zona rural e de bairros mais distante até as proximidades da escola. Além disso, a Lei Orgânica do município juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Nacionais Para Educação Infantil, norteou a construção do Plano Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação-PME (2015-2025) é a junção de metas, estratégias e dados acerca da educação de um município, ele deve estar alinhado com o Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) e com o Plano Estadual de Educação-PEE (2015-2025) pois, o desenvolvimento na educação é de interesse e ganho de todos.

O PEE precisa refletir uma pactuação entre o governo estadual e os governos municipais em cada estado, pois as metas estaduais devem ser refletidas em uma combinação de metas municipais em cada Unidade da Federação. A soma das metas estaduais, por sua vez, deve ser suficiente para o alcance das metas nacionais. Por esse motivo, o necessário encadeamento da construção das metas entre o PNE, PEEs e PMEs (BRASIL, 2014, p.7).

Para contribuições do PME do município de Morrinhos à essa pesquisa, foi feito um recorte no documento para analisar apenas dados que estão vinculados a educação infantil. Vale ressaltar que o PME do município disponibilizado para essa pesquisa foi desenvolvido para atender o decênio entre os anos 2015 a 2025, porém apresenta dados estáticos levantados no ano de 2010. Por intermédio das informações anteriores o PME de Morrinhos apresenta parte das instituições existentes no município, com informação descritas no plano de 15 estabelecimentos para educação infantil, sendo 4 em perímetro urbano, 3 em perímetro rural e ainda 8 instituições na rede privada. As informações quanto a infraestruturas dessas creches e pré-escolas descritas no documento apontam para necessidade de mudanças que atendam aos requisitos básico para ser tornarem um ambiente acolhedor e propicio ao desenvolvimento integral da criança, como também apontam para a construção de novas creches e pré-escola em outros bairros da cidade.

Referente aos princípios da proposta pedagógica, o PME acata o que está disposto nas diretrizes, sendo eles, os princípios éticos, políticos e estético, que almejam uma proposta pedagógica que respeite a autonomia, as diferentes culturas, a cidadania, a ludicidade, a criatividade e outros. O PME da cidade de Morrinhos divulga informação de que apenas no em 2009 que foram criadas as escolas de educação infantil no município. Essa criação advinda da emenda constitucional nº 59/2009 que acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, trouxe consigo a presença de pedagogos nessas instituições, como também a adoção de processos pedagógicos na educação das crianças.

Com a obrigatoriedade da pré-escola o PME do respectivo município trata de dados que demonstram que no ano de 2010, esse nível de ensino atendia 69,7% das crianças em idades entre 4 e 5 anos e lança a meta de atender 100% dessas até o ano de 2016, estipulando estratégias como as de levantar as demandas por creches anualmente, expandir o atendimento da educação infantil com a colaboração do estado e aumentar a oferta dessas na rede pública. O documento utilizado não apresenta dados atualizados quanto a meta presente nele, porém, como moradora da cidade afirmo que a expansão das instituições vem acontecendo, atualmente contamos com mais duas instituições de educação infantil que estão localizadas em bairros que careciam dessa necessidade.

Após as construções da creches e pré-escolas surge a necessidade dessas instituições de construir seu Projeto Político Pedagógico-PPP descrito anteriormente como documentos que

orienta as práticas dentro da escola. Sabendo dos conceitos acerca do currículo, considero, portanto, o PPP como sendo a materialização do currículo nas instituições de ensino. Sendo assim para analisar o currículo da educação infantil de Morrinhos do foi escolhido o PPP da Escola Criança Feliz⁵ por se tratar de uma instituição que oferta essa etapa educacional, localizada na região central de Morrinhos. O PPP analisado foi elaborado para atender o ano letivo de 2014.

O documento inicia caracterizando a instituição, com informações quanto o seu surgimento, localização e visão estratégica. Segundo esse documento a escola adota uma concepção interacionista entendendo que a criança é um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem e também discorre que a criança se desenvolve com as relações que estabelecem com o outro, podendo sair da fase egocentrismo⁶ para conhecer o mundo por intermédio das interações com o outro e com meio ambiente. A instituição assume como missão a formação de cidadãos que atuem no mundo com a responsabilidade de transformá-lo em um lugar mais feliz, democrático e justo. Como isso visa desenvolver neles as capacidades de agirem de forma autônoma, criativa, ética e reflexiva.

Quanto as ações educativas, o PPP discorre sobre a ampliação das experiências infantis contribuindo para o desenvolvimento infantil como também a interação da criança com tudo que a cerca possibilitando a expansão dos seus conhecimentos. Nesse momento entendemos que essa escola utiliza o eixo interações definido nas diretrizes como estruturante do seu currículo, porém, para tal conclusão é necessário analisar sobre o que o documento discorre quanto ao planejamento das atividades.

No que se refere ao planejamento das atividades, o documento instrui aos profissionais da educação infantil, que as atividades devem aguçar a curiosidade da criança, despertando nela a imaginação e a capacidade crítica, como também, ajudá-la a vencer suas dificuldades. Ao profissional atuante cabe a função de escutar e responder as crianças, alimentá-la adequadamente, proporcionar os cuidados higiênicos necessários, estimular a criança para seu desenvolvimento adequando a sua necessidade, entre outros. Adequando as atividades a suas idades biológicas o PPP define que para crianças de 0 a 3 anos os focos principais perpassam pelo desenvolvimento da linguagem e a formação de hábitos, já para pré-escola os focos estão na construção da identidade, a socialização e a importância da leitura e da escrita e para isso

⁵ O nome da escola é fictício para evitar exposição da instituição educativa.

⁶ O dicionário Aurélio define por egocêntrico: “Relativo ao egocentrismo. Cujo autor é o centro e principal ator. Que ou quem mostra preocupação apenas com os seus assuntos ou age apenas em função de si mesmo.”

também utiliza o Sistema Pomares de ensino, que são apostilas desenvolvidas por profissionais da educação do próprio município, desejando valorizar a cultura Morrinhense na pré-escola.

O PPP da instituição explicita em seu corpo três projetos voltados para a escola. O projeto “Agrinho” que visa conscientizar funcionários, alunos e pais, quanto ao risco da dengue, e como fazer a prevenção dessa, tendo como público alvo alunos do jardim II. O próximo projeto é nomeado por, “Mergulhando na Leitura” possui como público alvo alunos dos maternais 2 e 3, e do jardim I e II. Ele visa aproximar as crianças da leitura e fazer com que essas sintam prazer ao lerem, porém, esse projeto comete equívocos, quando coloca como um dos objetivos específicos a leitura com fluência, boa dicção e entonação, afinal como já descrito anteriormente a educação infantil possui a função do desenvolvimento da criança de forma integral, porém, as exigências desse projeto não respeitam a maturação biológica⁷ da criança. Além disso está presente no projeto a leitura da bíblia, a construção do amor pela palavra de Deus considerados como padrões cristãos, porém, o Estado é declarado laico, logo, a prática descrita acima não respeita tal definição, como também atuam de forma etnocêntrica⁸ privilegiando uma cultura em detrimento da outra. Por último, o projeto da festa junina, a qual proporciona a criança com o contato com a cultura.

Ressalvo que as informações aqui apresentadas foram coletadas a partir de documentos disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município, portanto, as análises que serão apresentadas a seguir é uma interlocução entre esses documentos com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), foi escolhido essa lei para suporte das análises pois apresenta caráter obrigatório, diferentes dos outros documentos citados anteriormente. Para realizarmos as análises foram criados os seguintes aspectos: concepção de criança; concepção do brincar e os princípios epistemológicos.

No que refere a concepção de criança, os dois documentos apresentam a visão de um sujeito-histórico, que se desenvolve nas relações que cria com o outro e com o ambiente. Além disso, também abordam a necessidade das experiências no processo de ensino-aprendizagem.

Com relação a concepção do brincar, esse aspecto foi escolhido por ser um dos eixos estruturantes da proposta curricular definida nas Diretrizes e como já abordado nesse documento é um aspecto importante no desenvolvimento infantil. Porém, causa espanto ao perceber que esse importante elemento não está presente no PPP da escola analisada. Sabemos

⁷ Entende-se por maturação biológica todas as mudanças morfológica e fisiológica no processo de crescimento proveniente à transformações físicas, psíquicas e sociais.

⁸ O que trata uma cultura ou grupo étnico como centro de tudo.

que o brincar desenvolve na criança a imaginação, as relações dos papéis sociais, a compreensão do mundo real, o desenvolvimento físico, psicológico e a capacidade de interagir com o outro e com o ambiente. Diante a essas considerações, quais são as implicações da falta do brincar no desenvolvimento da criança?

No que diz respeito às propostas pedagógicas as diretrizes defendem a função sócio-político e pedagógico da educação infantil, pois, trabalha sob uma abordagem histórico-cultural, garantindo que as crianças usufruam de seus direitos civis como também da convivência com adultos e ampliação dos seus saberes. Já o PPP apresenta diferentes autores para formar sua proposta, porém, de forma desconectada com concepções distintas e contraditórias, não tratam dos conceitos quanto a perspectiva teórica e quando fazem cometem equívocos, tendo em vista que os pesquisadores da área não são especificadamente representantes da perspectiva sócio-interacionista, dentre os quais destacamos Vigotski cuja abordagem refere-se à teoria histórico-cultural.

Portanto, consideramos que o PPP da escola estudada deve passar por reestruturação educacionais, de forma que essas contribuam para a formação de uma proposta curricular condizente aos ordenamentos específicos para educação infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao projetar nossas considerações finais ressaltamos que o principal interesse dessa pesquisa se incumbiu na compreensão das possibilidades de organização do currículo destinado ao público infantil a partir das concepções, dos princípios e diretrizes no âmbito nacional e local. Para tanto, discorreremos inicialmente sobre a elucidação quanto a trajetória histórica da educação infantil, a partir das diferentes concepções de infância, demonstrando que a compreensão a respeito do conceito de infância de vigência atual passou por um processo de construção histórica durante séculos. O entendimento do período infantil como uma etapa importante, com particularidades próprias de desenvolvimento, implicou na segregação dessa do cotidiano dos adultos, resultando no surgimento de uma educação centrada no atendimento dos pequenos, inicialmente como forma de subsidiar aspectos voltados a assistência e após as contribuições legais aspectos pedagógicos.

Mediante tais considerações a pesquisa almejou a identificação e problematização das diferentes possibilidades de organização curricular na educação infantil. Para o cumprimento desse, utilizamos o apoio do referencial teórico para compreensão acerca das teorias que do currículo, sendo elas as teorias tradicionais, as teorias críticas e as teorias pós-críticas. Entendemos que o surgimento dessas teorias em contraposição uma com a outra adveio de reformas educacionais que implicaram na transformação da compreensão do caráter formador das instituições, resultando nas mudanças dos princípios da escola. Portanto autocompressão das instituições infantis no que se refere as suas funções políticas, pedagógicas e sociais, fomentaram a necessidade de um currículo que promovesse muito mais que apenas uma receita do que fazer, mas, em uma compreensão do por que fazer, havendo um esforço para o rompimento do caráter assistencialista construindo historicamente.

A partir desse viés nos comprometemos em fazer a identificação das implicações do currículo na relação de ensino e aprendizagem nessa etapa educacional compreendendo que o currículo da educação infantil não possui objetivo somente de materializar conteúdos, mas sim, de unir os conhecimentos do âmbito pedagógico, cultural, político e social com saberes manifestados pelas crianças por meio de experiências, entendendo essa como um sujeito-histórico.

Diante a essas considerações, ressaltamos que as análises dos documentos do município analisado foram comprometidas, pois, não há atualizações dos dados que nortearam

a estrutura desses. Nesse momento fica aqui uma crítica ao município, pois os planos de ações para o decênio entre 2015 a 2025 são a partir de dados levantados em 2010. Além disso, o PPP apresenta distorções com propostas que não respeitam a fase de desenvolvimento das crianças da educação infantil, entre eles a leitura fluente. Outro assunto que deve ser questionado, é a presença da prática religiosa, pois, se o Estado é declarado laico, projetos como o que está no PPP não deve existir na prática escolar.

Dessa maneira, concluímos que a proposta curricular do município de Morrinhos, juntamente com todos os documentos norteadores para construção dessa se encontram em transição das teorias tradicionais para as teorias críticas do currículo, pois, começam a se preocuparem com questões sócio-políticas e ideológicas na construção da identidade da criança, almejando contribuir com a formação multifacética dos pequenos. Ressaltamos que as informações desse documento podem ou não condizer com a prática nas instituições pois, como foi proposto essa pesquisa trata de uma análise bibliográfica e documental, não se apropriando de episódios das práxis pedagógica orientadas por meio desses ordenamentos, o acompanhamento das manifestações do currículo dentro das instituições será feita posteriormente em pesquisas futuras.

5 REFERÊNCIAS

ARCE, A.; JACOMELI, M. R. M. (Org.). **Educação Infantil versus educação escolar: entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio Online** 2018. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/infancia>>. Acesso em: 16 de Mar 2019.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio Online** 2018. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/egocentrico>>. Acesso em: 14 de Mar 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 07 dez. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece **as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa** 3a ed., J. E. Costa, Trad. São Paulo: Artmed. (2009).

FREITAS, M. C. **História Social da infância no Brasil**. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

GALLAHUE, D. L. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4.ed. - São Paulo: Phote, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KUHLMANN JR., M. **Histórias da educação infantil brasileira**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2000, n.14, pp.5-18. ISSN 1413-2478.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 3ed. – São Paulo; Cortez, 2011.

ORNELAS, M. **O Lúdico na Educação: mais que um jogo de palavras**. Brasília, s/d. Mimeo, 2002.

OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil: Partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PIAGET, J. **A Relação da afetividade com a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Vol. 26 n 3, 1962.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 2017.

_____. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.